

A NOÇÃO DE ESTRUTURA E OS REGISTROS DE INFORMAÇÃO DOS SISTEMAS DOCUMENTÁRIOS

Cristina Dotta Ortega*
Marilda Lopes Ginez de Lara**

RESUMO

Partindo da constatação de que os princípios e métodos para construção e gestão dos sistemas documentários são dispersos e carecem de sistematização, levanta a hipótese de que a noção de estrutura, ao pressupor relações mútuas entre os seus elementos, confere maior organicidade aos sistemas e garante maior qualidade e consistência na recuperação da informação frente às questões dos usuários. Deste modo, objetiva explorar fundamentos, a partir da noção de estrutura, sobre os registros de informação e os sistemas documentários. Para tanto, apresenta conceitos básicos e questões relativas aos sistemas documentários e aos registros de informação. Posteriormente, elenca aportes teóricos sobre a noção de estrutura, tratados por Ferrater Mora, Saussure, Hjelmslev, Benveniste, Peñalver Simó, Lopes e Lévi-Strauss, além de Ducrot e Fávero e Koch, para então tratar das apropriações já realizadas pela Documentação por Paul Otlet, García Gutiérrez e Moreira González. Conclui que a noção de estrutura adotada para tornar explícita uma hipótese de sistematização do real a partir de um modelo, assegura maior organicidade aos sistemas, bem como confere referência pedagógica ao fazer documentário.

Palavras-chave: Registros de Informação. Sistemas Documentários. Estrutura

1 INTRODUÇÃO

Enquanto sistemas documentários, as bases de dados são compostas por registros e cada registro é composto por campos. O registro é a unidade principal de trabalho de uma base de dados, do que decorre que seja a unidade de interpretação do sistema.

Para sua funcionalidade, é esperado que os registros dos sistemas documentários apresentem características que garantam aderência entre as entidades¹ e as questões de busca (previstas) dos usuários. Os princípios que fundamentam esta aderência na forma física de um registro de informação de um sistema são a questão essencial deste trabalho.

Estes princípios devem sustentar a construção e gestão dos sistemas documentários, os quais são, no entanto, dispersos e pouco sistematizados na literatura. Atualmente princípios são demandados para subsidiar os debates em curso sobre Catalogação, contribuindo para a compreensão de instrumentos documentários como modelos de referência, ainda que sejam produtos de contingências históricas (políticas, econômicas e tecnológicas). É desejável

* Doutora na FFCLRP/USP – crortega@usp.br

** Doutora na ECA/USP – larama@usp.br

¹ Entidade faz parte da terminologia da Ciência da Computação. No contexto dos tradicionais sistemas de informação bibliográfica, as entidades podem ser documentos, grupos de documentos e/ou partes de documentos, que compõem uma coleção.

também subsidiar a construção e o uso de instrumentos em processo de desenvolvimento pela Ciência da Computação, como as ontologias.

Trabalhamos com a hipótese de que a noção de estrutura, ao pressupor relações mútuas entre os seus elementos, confere maior organicidade aos sistemas documentários e garante maior qualidade e consistência na recuperação da informação frente às questões dos usuários. Deste modo, objetivamos explorar fundamentos, a partir da noção de estrutura, sobre os registros de informação e os sistemas que compõem.

Para tanto, apresentamos conceitos básicos e questões relativas aos sistemas documentários e aos registros de informação. Posteriormente, elencamos alguns aportes teóricos sobre a noção de estrutura, tratados por Saussure, Ferrater Mora, Lopes, Benveniste, Hjelmslev, Peñalver Simó e Lévi-Strauss, além de Ducrot e Favéro e Koch, para então tratar das apropriações já realizadas pela Documentação por Paul Otlet, García Gutiérrez e Moreiro González.

2 OS SISTEMAS DOCUMENTÁRIOS E OS REGISTROS DE INFORMAÇÃO

2.1 Os sistemas documentários

Para Meyriat (1981, p. 57), o sistema é entendido como um conjunto de elementos ligados entre si, de modo a serem interdependentes e orientados tendo em vista atender um objetivo, que é o de obter informação.

Os sistemas documentários são compostos por unidades potencialmente informacionais selecionadas e organizadas, de tal modo que a seleção realizada e a relação estabelecida entre estas unidades deflagram a hipótese de organização adotada para o sistema. Estes sistemas caracterizam-se por suas unidades informacionais constituintes e pelos serviços que promovem acesso a estas informações e seu uso efetivo. Aspectos relativos à coleção e a suas referências definem os sistemas documentários e permitem demonstrar sua diversidade.

As referências, produzidas no âmbito dos sistemas documentários, são as unidades concretas a que chamamos de registros de informação. Os registros são representações documentárias, no sentido de produto, ou resultado da representação documentária, no sentido de processo. Apresentam elementos simbólicos – aqueles que efetivamente operam na significação pois possuem competência para informar – a que denominamos de informações documentárias. Informação documentária é aquela apreendida, registrada e armazenada em um sistema de informação (documentária) de forma a ser passível de recuperação e uso para os mais diversos fins demandados pela sociedade. Dito de outro modo, os registros de informação são instâncias físicas, cuja instância simbólica são as informações documentárias.

Por este motivo, os sistemas a que nos referimos são denominados de sistemas de informação documentária, ou simplesmente, sistemas documentários.

Com base em Moreiro González (1998, p. 27), entendemos que o sistema documentário opera como uma intervenção artificial na produção e uso do conhecimento, a qual permite aos usuários acesso qualificado à informação. Segundo entendemos, a intervenção realizada pelo sistema refere-se a ações voltadas à gestão do fluxo da informação (a instância simbólica) e à gestão do fluxo dos documentos (a instância física que, em geral, inclui os registros de informação do sistema e os documentos referenciados nestes registros).

Deste modo, os sistemas documentários viabilizam a organização da informação por meio da determinação de campos e do seu preenchimento formando unidades representativas de entidades e de questões (previstas) de usuários, e promovem a busca da informação por meio da formulação de questões que são equiparadas a estas unidades (ABADAL ; CODINA, 2005, p. 43).

Recolocando afirmação de Tálamo (1997, p. 3), o sistema é simultaneamente um modo de organização e uma forma de comunicação da informação. Mais especificamente, a comunicação documentária é o: “processo que envolve a codificação e a decodificação de conteúdos informacionais, ou seja, o tratamento e a recuperação da informação” (LARA, 1993, p. 4). Com base nesta autora, Cohen (1995, p. 7, 10 e 51) parte da proposição de que os sistemas documentários constituem-se como sistemas de comunicação, onde há emissão e recepção de mensagens, isto é, ocorre um processo comunicacional denominado comunicação documentária, destinado a – através do produto documentário – tornar o usuário informado. O usuário é o ator que dispara uma situação de comunicação, pois é o ato da recepção que determina o estabelecimento ou não de uma comunicação. Segundo ela, para que a comunicação documentária ocorra é necessário que a informação documentária – produto que é transmitido neste processo – seja portadora de um significado tal que o usuário possa ser capaz de processá-la mentalmente, a fim de obter a informação desejada. A comunicação documentária é então um processo que exige, de um lado, a informação documentária e, de outro, o usuário que se apropria desta informação. Os sistemas documentários lidam com atos de comunicação materialmente explícitos, isto é, o documento, sua representação, a pergunta do usuário, a ação comunicativa do profissional de informação etc.

2.2 Os processos de construção dos registros de informação

Os registros de informação dos sistemas documentários são produtos da análise e representação de documentos, embora nem sempre um registro corresponda a apenas um documento ou a um documento como um todo.

Em especial quanto ao trato da informação bibliográfica, são adotados os termos Representação Descritiva e Representação Temática para indicar as etapas distintas e complementares necessárias à construção dos registros de informação. A Representação Descritiva se ocupa dos registros de informação no que tange aos aspectos da descrição formal dos documentos, o que inclui os processos de descrição física e dos elementos de identificação dos mesmos; a atividade de representação descritiva é também chamada de catalogação (em especial entre a comunidade de bibliotecas) e de descrição bibliográfica (na comunidade dos serviços de informação científica). A Representação Temática opera na atribuição de assuntos aos documentos, que demandam processos de: classificação bibliográfica, indexação e elaboração de resumos. A classificação bibliográfica tem sido realizada por meio de representação documentária mais genérica que a da indexação com o objetivo de realizar a ordenação de documentos para acesso²; na indexação são elaborados pontos de acesso que remetem ao registro, o qual indica em geral um documento; e a elaboração de resumos apresenta como produto um texto síntese que possui uma relação de contiguidade e semelhança com o original e que deve servir como meio de decisão para a busca ou não do documento pelo usuário.

É provável que os termos Representação Descritiva e Representação Temática tenham sido adotados com o objetivo de ampliar o conceito de Catalogação, já que o mesmo corresponde essencialmente à elaboração de catálogos de biblioteca. A Catalogação, incluindo a Catalogação Descritiva e a Catalogação de Assunto, responde pela construção global do sistema documentário, neste caso, o catálogo (como tratado por GARRIDO ARILLA, 1996). Supomos que por conta da busca por especialização, o desenvolvimento teórico e metodológico da Representação Descritiva e da Representação Temática foi realizado de modo separado, conduzindo a dificuldades conceituais na articulação entre os dois processos, como comentamos a seguir.

A Representação Temática consolidou-se principalmente por conta do desenvolvimento dos fundamentos das linguagens documentárias, que objetivou promover maior estruturação à atividade empírica de atribuição de termos indexadores. Os estudos sobre

² A classificação bibliográfica realizada pela Classificação Decimal Universal (CDU), por exemplo, permite a construção de notações bastante específicas. Embora a concepção deste instrumento não tivesse levado em conta a ordenação de documentos, é em geral utilizado deste modo hoje.

linguagens documentárias ganharam dimensão que foi profícua à área como um todo, mas foram realizados investimentos diferenciados no que se refere à Representação Temática: um, relativo aos fundamentos das linguagens documentárias e à sua construção, e outro relativo aos métodos de indexação. A linguagem documentária configura-se como estrutura que permite preencher de modo qualificado os campos de conteúdo temático do registro, mas não fornece os parâmetros necessários à elaboração destes campos. Para que decisões relativas aos campos sejam tomadas, a linguagem documentária precisa ser desenvolvida em conjunto com a política de indexação, a qual, por sua vez, deve fazer parte da política geral de tratamento da informação. Em termos procedimentais, podemos dizer que há aspectos estruturais do registro relativos aos campos temáticos que precisam ser pensados em suas características próprias e de forma articulada aos outros campos que vão compor o registro.

A Representação Descritiva tende a ser explicada pelo uso de instrumentos documentários amplamente disseminados, como o AACR2 e o MARC³, menos que por seus princípios. Quanto a esta atividade, princípios de Catalogação receberam primeira sistematização na metade do século XIX. As regras para as atividades de catalogação, e o modo como são muitas vezes utilizadas, distanciaram-se dos princípios que as geraram, ainda que, subjacente a estas regras haja relevante acúmulo metodológico. A questão que apontamos é a de que os instrumentos citados nem sempre são utilizados como modelos de referência para a operação dos sistemas, mas apenas como padrões de tratamento da informação legitimados internacionalmente e economicamente viáveis (ORTEGA, 2009).

As inconsistências citadas são observáveis nas práticas de construção e gestão de sistemas documentários, bem como no ensino. Neste contexto, identificamos várias comunidades de profissionais e de pesquisadores e professores, como a comunidade de bibliotecas, de serviços de informação científica, de produção de metadados e de tecnologia da informação e da comunicação. Estes grupos não são constituídos de modo exclusivo e se mantêm em atividades que são simultaneamente de interação e de conflito.

É possível afirmar que a relação entre Representação Descritiva e Representação Temática está mal construída, ou seja, há uma desarticulação entre elas que apresenta implicações para a área. Alguns fatos demonstram isso: a pesquisa que aborda a primeira conhece pouco a segunda e vice-versa; a Representação Descritiva desenvolveu-se menos que a Representação Temática em termos conceituais e sua longa história de práticas profissionais e de elaboração e uso de normas não permitiu ainda superar esta diferença; e, quanto às

³ AACR2: *Anglo-American Cataloguing Rules*, 2ª edição; e MARC: *Machine Readable Cataloging*.

teorias e metodologias da Representação Descritiva e da Representação Temática que sustentam e integram a ideia de sistema e de registro de informação há lacunas, mas elas não são suficientemente consideradas e enfrentadas.

O conceito de normalização documentária é pertinente ao tema tratado, mas perde a dimensão que lhe compete frente às atividades de catalogação, mas também as de normalização de trabalhos científicos, quando realizadas de modo mecânico. Por este motivo, interessa a abordagem proposta por García Gutiérrez (1984, p. 20, 21, 31, 45, 64 e 66), que afirma que, em geral, é necessário normalizar todas aquelas atividades movidas por impulsos sistemáticos, regulares e que necessitam de um método como único meio de alcançar resultados. Entende que seja óbvio que a normalização de códigos seja fator imprescindível e condicionante para a comunicação entre os homens. Para ele, a normalização documentária envolve a organização racional dos conhecimentos e de seus suportes, bem como o tratamento e dinamização do conjunto acumulado, trabalho que poderia ser parcelado nas diferentes áreas do esquema tradicional, transcrito por Chaumier (1974, p. 12-22, citado por GARCÍA GUTIÉRREZ, 1984), a saber: seleção, tratamento e difusão documentárias. A normalização documentária implica, portanto, a regulação das distintas fases do processo pelas quais passam os documentos. Os documentos, por sua vez, são a medula nuclear de todas as técnicas que serão tratadas, e afloram, em sua denominação mais tradicional, como a causa (documento original), o efeito (documento referencial), e o fim (informação científica) do trabalho realizado em centros e sistemas documentários.

Podemos inferir, com base nas ideias deste autor, que transformar objetos ou dados em documentos implica esforço de normalização. Sendo o documento de que trata a Ciência da Informação aquele produzido com fins de promover o acesso à informação a partir de sistemas documentários, então a Representação Descritiva e a Representação Temática são esforços de normalização cujo produto é o documento secundário.

3 A NOÇÃO DE ESTRUTURA E OS REGISTROS DE INFORMAÇÃO DOS SISTEMAS DOCUMENTÁRIOS

3.1 A noção de estrutura nas ciências

Estrutura é um termo comum a várias ciências. Quando se fala em estrutura na Filosofia, persegue-se a tentativa de buscar propriedades comuns em estruturas concretas. Entende-se por estrutura um conjunto de elementos relacionados entre si segundo determinadas regras, ou um conjunto ou grupo de elementos funcionalmente correlacionados. O traço mais importante da noção de estrutura é que o conjunto ou grupo não é mera soma,

mas integração, uma vez que seus membros são necessariamente interligados de modo interdependente, sendo definidos uns relativamente aos outros. Estrutura também pode ser entendida como um conjunto ou grupo de sistemas. É um modo de ser dos sistemas de tal forma que eles funcionam em virtude da estrutura que têm (FERRATER MORA, 1998).

No sentido tradicional, estrutura (PEÑALVER SIMÓ, 1972) evoca a ideia de solidariedade, relação entre elementos e entre as partes de um todo. Como sinônimo de esqueleto, ou armação, a noção se enriquece agregando-se a ela a ideia de “organização fundamental, privilegiada do objeto considerado, que permite distinguir o essencial do acessório: mas trata-se de uma organização observável, cujas relações estão ao mesmo nível (...)” (p. 71). Mesmo assim, ela induz à ideia de comparação por semelhanças, do que se caminha para a possibilidade de reproduzi-la abstratamente.

A noção de estrutura, porém, não se confunde com mera organização quando se trata da análise proposta pelo estruturalismo. No início do século XX, a noção foi utilizada por Saussure na Linguística por meio do termo ‘sistema’. O emprego do termo ‘estrutura’, pela primeira vez em Linguística, foi feito em Praga, no 1o. Congresso dos Filólogos Eslovacos, em 1928, em propostas feitas pelos russos Jakobson, Karcevisky e Trubetzkoy (LOPES, 1987).

A noção de estrutura liga-se à de relação no interior de um sistema (BENVENISTE, 1991). Para Peñalver Simó (1972, p. 72-73), a diferença entre a visão tradicional de estrutura e a proposta no âmbito da Linguística, reside no fato de que ela não é nem uma parte privilegiada de um conjunto (não é pois sinônima de esqueleto ou armação), nem se situa no mesmo nível que outras entidades relacionais observáveis no sistema. Do que se deduz que: “1) a configuração contida na noção de estrutura não é observável empiricamente (...) Como disse Lévi-Strauss (1958, p. 305, citado por PEÑALVER SIMÓ, 1972, p.73) “a noção de estrutura social não corresponde à realidade empírica, mas a modelos construídos a partir dela”; 2) Os termos da configuração estrutural formam parte das organizações visíveis do objeto sistematizado. Mas a estrutura está construída com relações destes mesmos situadas em um nível ‘inconsciente’. (...)”

Hjelmslev definiu melhor o conceito quando advertiu que estrutura é um modelo, uma construção mental que serve de hipótese de trabalho. Ao propor o escopo da Linguística Estrutural, Hjelmslev postulou a possibilidade de descrever a linguagem como sendo essencialmente uma entidade autônoma de dependências internas. “A análise dessa entidade permite constantemente isolar partes que se condicionam reciprocamente, cada uma delas dependendo de algumas outras, sendo inconcebível e indefinível sem essas outras partes” (HJELMSLEV, citado por LOPES, 1987, p. 39).

As noções estruturais formuladas pela Linguística foram em seguida utilizadas por outras áreas das ciências humanas e sociais em função da homologia existente entre o linguístico e o social e cultural. Nelas, a estrutura consiste num sistema de relações que é fruto de operações de observação e de seleção, como uma primeira operação de raciocínio científico. A rede de relações que compõe uma estrutura não é aparente, mas supõe princípio epistemológico anterior que é o da sistematicidade do real, sendo que só o sistemático é inteligível cientificamente.

A noção de sistema de Saussure, que deu origem à de estrutura, foi sendo submetida, ao longo do tempo, à crítica e à revisão. Ao incluir o sujeito, as teorias da linguagem passam a observar o caráter dialógico da linguagem e a recepção. Bakhtin questionou a definição abstrata e monolítica do sistema da língua propondo substituí-la por uma concepção dialógica da linguagem segundo a qual as expressões concretas dos indivíduos em contextos sociais específicos têm relação com a história e com a subjetividade. Benveniste se propôs a falar em enunciação, salientando a subjetividade na língua enquanto ação do produtor do enunciado. Ducrot revê a noção de combinatória semântica sugerindo que ela é explorada pelos sujeitos falantes para organização das relações intersubjetivas no diálogo (DUCROT, citado por PAVEAU ; SARFATI, 2006). A análise do discurso enfatiza o caráter linguístico do ato de argumentar, inserindo a argumentatividade no interior do próprio sistema da língua (FÁVERO ; KOCH, 1998). Dito de outro modo, passa-se da noção de estrutura focada na língua, para a ideia de estruturação que considera, também, a fala.

3.2 A noção de estrutura do sistema e do registro de informação na Documentação

Saussure sublinhou, em seu *Cours de Linguistique Générale*, suas ideias sobre o valor relacional dos elementos linguísticos, derivando daí uma série de dicotomias. Considerando que nenhum elemento da língua pode ser considerado isoladamente, postulou que a sincronia se estabelece como relação entre coisas existentes, de onde surge a noção de sistema, que posteriormente foi denominado estrutura (LOPES, 1987). Para ele, a língua é um sistema de valores, onde cada elemento se define em relação com outros elementos (p. 79).

Um fonema, um morfema, é definido nas suas relações com outros elementos do mesmo sistema e pela sua função no interior desses sistemas (primeira noção de forma), e nunca a partir de suas propriedades (por exemplo, de sua estrutura acústica, primeira noção de substância).

Eis que a língua constitui, no parecer de Saussure, uma forma e não uma substância: a língua não é um sistema de conteúdos (não existe um 'nível'

semântico), mas um sistema de formas e de regras (valores). O conteúdo de um termo só é fixado, por isso, através da totalidade de que esse termo é parte, e a sua definição positiva deriva de uma definição relacional (ou definição negativa); o valor de um termo consiste nisso: um elemento é (definição positiva) tudo aquilo que os demais elementos do seu sistema não são (definição negativa) (LOPES, 1987, p. 79-80).

Hjelmslev desenvolveu essa proposta afirmando que o plano de expressão (PE) das línguas naturais corresponderia ao sistema de significantes, e o plano do conteúdo (PC), ao sistema dos significados: a língua é uma forma específica organizada entre duas substâncias: a do conteúdo e a da expressão (HJELMSLEV, 1971, citado por LOPES, 1987). A dicotomia forma/substância no signo linguístico pode ser apresentada como segue:

PLANO DO CONTEÚDO	Substância do Conteúdo (SC)	(= designatum)
	Forma do Conteúdo (FC)	(= significado)
PLANO DA EXPRESSÃO	Forma de Expressão (FE)	(= significante)
	Substância da Expressão (SE)	(= som)

Quadro 1 – O signo linguístico. Fonte: Lopes (1987, p. 95).

Vários autores da Documentação se referem explícita ou implicitamente à proposta de Hjelmslev, conforme vemos a seguir.

Garrido Arilla (1996, p. 21-22) trata dos conceitos de ‘forma’ e ‘conteúdo’ de um documento por levar a uma fronteira que força os pesquisadores a enquadrar as operações de um lado ou de outro, ou seja, operações da Análise Formal ou da Análise de Conteúdo do documento. Segundo ela, para alguns autores, a Análise Documentária é um conjunto de operações efetuadas tanto no ‘continente quanto no conteúdo do documento’, por meio das quais é extraída do documento primário ‘certa’ informação, que transforma os documentos originais em secundários, identificativos dos primeiros.

O conceito de documento em Documentação é apresentado como suporte material (continente) que serve de amparo ao conhecimento (conteúdo intelectual), do que decorre que, para realizar a análise destes dois níveis dicotômicos do documento – sua forma e seu conteúdo – existem também duas operações específicas. Por isso, quando ocorre a análise do continente, realiza-se sobre o documento um tipo de análise da forma documental, e quando a operação realiza-se sobre o conteúdo, a análise dá-se sobre a mensagem documentária (GARRIDO ARILLA, 1996, p. 23).

García Gutiérrez (1984, p. 65) opera com a dicotomia do signo linguístico saussureano para mostrar a estrutura e elementos do documento científico como meio comunicativo, por meio do seguinte esquema:

documento científico	continente	forma fundo
	conteúdo	forma fundo

Quadro 2 – Estrutura e elementos do documento científico. Fonte: García Gutiérrez (1984, p. 65).

Segundo ele, o continente do trabalho científico compõe-se de duas partes:

- a forma (suporte material, papel, formato etc.); e
- o fundo (elementos de identificação do documento, como autor, editora, ano etc).

O conteúdo do trabalho científico se divide, por sua vez, segundo os seguintes aspectos:

- forma do conteúdo (exposição, estrutura, apresentação dos dados, etc.); e
- fundo do conteúdo ou conceitos utilizados (contribuições do trabalho, experiências, conclusões etc.).

Assim, inferimos que o tratamento da forma e do fundo do continente refere-se à descrição física e dos elementos de identificação do documento, e o tratamento da forma e do fundo do conteúdo do documento refere-se à atribuição de assuntos ao mesmo (fundo), processo que faz uso da estrutura de apresentação dos conteúdos do documento (forma).

De modo semelhante, Moreira González (2004, p. 23-24) afirma que o dualismo proveniente das teorias de Saussure (1965) permite explicar a inseparável e interdependente associação relativa à composição dos documentos. Estes apresentam uma estrutura externa e uma estrutura abstrata. Moreira González trata de Hjelmslev (1986), o qual teria aberto a teoria do signo linguístico. Afirma que, a partir da função de interdependência entre o conteúdo e a expressão, Hjelmslev distinguiu em cada um destes dois componentes os aspectos de forma e substância, estabelecendo quatro estratos com dois pares correlacionados: substância de conteúdo e forma de conteúdo; e substância da expressão e forma da expressão, como dissemos anteriormente.

Com base nas distinções estruturais apresentadas, Moreiro González (2004, p. 24-25) discorre sobre os níveis de descrição, como segue.

Quanto à descrição da estrutura superficial, uma primeira derivação surge quanto à matéria de que é feita o documento, determinando o modo de ser tratado e armazenado, de acordo com os diferentes suportes físicos. A descrição da estrutura superficial, descrição externa ou catalogação busca a identificação do documento-objeto de informação, dando-se assim a primeira operação fundamental para transferir a carga informativa dos textos. A catalogação confirma a existência de um documento e concede a ele seus traços diferenciais de identificação física como objeto integrado a uma coleção. Os atributos dos documentos são reconhecidos por meio da coleta dos dados de sua estrutura formal. Constitui-se assim o tratamento físico, a partir de sua consignação a um determinado modelo de acordo com as diferentes formas materiais em que está confeccionado ou disposto cada tipo de documento.

A análise da estrutura informativa profunda atende, por sua vez, à tipologia textual – no que respeita à superestrutura do texto original –, e à indexação e elaboração de resumos⁴ – no que se refere ao conteúdo das macroestruturas.

O quadro abaixo proposto por Moreiro González (2004, p. 25) esquematiza suas ideias:

documentos originais	Níveis da descrição		Níveis da análise	representações referenciais
	estrutura superficial	suporte	catalogação	
		identificação do documento-objeto		
	estrutura semântica	superestrutura	tipologia textual	
		macroestruturas	indexação	
			elaboração de resumos	

Quadro 3 – Níveis da descrição documentária. Fonte: Moreiro González (2004, p. 25).

Observamos que a ideia de que a catalogação se ocupa da descrição física do documento, em oposição à indexação que se atém aos seus conteúdos temáticos, faz parte da Documentação, provavelmente como decorrência da ênfase sobre a representação dos conteúdos temáticos dos documentos que marcou esta corrente. No contexto dos tradicionais

⁴ Alteramos a expressão usada pelo autor ‘indexação e resumo’ para ‘indexação e elaboração de resumos’, por entendermos que ambos se referem a processos documentários, e não a produtos.

estudos de Catalogação, a atividade é definida quanto ao objetivo de permitir a identificação de um documento, por meio da elaboração de registro que informe sobre sua existência de modo singular e inequívoco. Esta atividade inclui a descrição das características físicas do documento, mas não se esgota nela, como os próprios esquemas propostos por García Gutiérrez e Moreiro González demonstram.

Embora não tenha origem na Espanha, a Documentação desenvolveu abordagem própria neste país, do que decorre que seus pesquisadores apresentem de modo recorrente referências teóricas comuns. Podemos dizer que as obras que têm subsidiado os autores espanhóis por várias gerações são essencialmente aquelas publicadas por Paul Otlet, embora o mesmo nem sempre seja citado (ORTEGA, 2007).

Deste modo, retomamos conceitos tratados por Otlet no início do século XX. Segundo ele (1996, p. 47 e 106), o livro pode ser abordado como conteúdo (ideias que se referem a um certo assunto, consideradas em um certo lugar e em um certo tempo) e como um continente (uma certa forma de livro e uma certa língua na qual se expressam as ideias). Tais formas seriam de duas classes: a forma da expressão objetiva, didática, científica, suscetível de progresso constante, como os moldes preparados para receber o pensamento; e as formas literárias propriamente ditas que correspondem aos gêneros e espécies que estudam a retórica. Os elementos que constituem o livro (elementos materiais, gráficos, linguísticos e intelectuais) são relativos ao ‘continente’ ou ‘forma’ no sentido amplo da palavra. Os elementos de ‘conteúdo’ ou ‘fundo’ são os científicos ou literários. Por trás do livro ‘continente’ estaria o ‘conteúdo’, a literatura em sentido amplo.

Otlet dividiu todo o capítulo 2 – O livro e o documento – do Tratado de Documentação, citado acima, a partir do que chamou de continente e de conteúdo, embora não de modo tão claro e didático como gostaríamos, além de explorar extensamente a noção de estrutura. Valeria investigar as referências em que Otlet se baseou para uso da noção de estrutura, ainda que possamos identificar nos anos 1930, quando o Tratado foi publicado, grande presença desta noção nas correntes de pensamento vigentes⁵.

3.3 A estrutura do sistema e do registro de informação e seus processos de construção

⁵ Segundo o Dicionário do Pensamento Social do século XX, vários comentaristas como Piaget, Kolakowski e Schaff observaram, durante os anos 1960 e 1970, que o conceito de estrutura foi um elemento de importância maior na perspectiva filosófica e científica geral nos anos 1930, refletindo-se em campos como a matemática, a biologia, a linguística e a psicologia da Gestalt (BOTTOMORE, 1996, p. 275).

Green (2008, p. 150 e 158) trata das relações como o coração da organização do conhecimento, segundo expressão que adota. Para ela, todo princípio de organização é constituído de uma ou mais relações, de tal forma que, sem relações não pode haver organização. As relações são usadas para navegar entre assuntos, assim como para localizar documentos os quais, juntos, dizem mais que a soma de suas partes.

Relações entre os elementos, no caso do sistema documentário, se dão por meio dos pontos de acesso comuns entre os registros. Por isso, Panizzi fala, segundo interpretação de Tillet (1989, citada por RÍOS HILARIO, 2003, p. 45), em uma estrutura conceitual do catálogo que consiste em ‘registros’ compostos de ‘elementos de dados’ e de ‘conexões’ entre registros. Os registros conectados formam ‘agrupamentos’ que compartilham um tipo particular de relação.

A noção de estrutura é explicada pelas relações entre seus elementos. Ela implica em articulação, internamente e no âmbito do sistema, a qual permite a identificação de características comuns entre os elementos que a compõem. O registro de informação é, portanto, uma estrutura, pois é composto por forma (campos) e conteúdo (preenchimento dos campos) que devem estar articulados. Deste modo, a noção de estrutura, e não de justaposição, é que explica o registro, e facilita sua visualização e operação pelo documentalista e pelo usuário.

Esta noção está subjacente às operações de construção e gestão de sistemas documentários. Visando concretizar esta percepção, propomos a seguinte sistematização para estas operações:

- determinação da estrutura de campos e de suas características, segundo tipologias documentais específicas e questões (previstas) de usuários;
- estabelecimento dos critérios para preenchimento dos campos e para escolha e forma dos pontos de acesso que comporão o índice de busca;
- elaboração da forma de apresentação da referência e do documento referenciado, quando for o caso;
- descrição formal e de conteúdo, ou seja, preenchimento dos campos e elaboração dos pontos de acesso; e
- adoção de rotinas de revisão de índices e de registros que garantam a consistência do sistema, ou seja, a coerência entre as descrições.

As etapas assim apresentadas demonstram que a Representação Descritiva e a Representação Temática não se definem de modo estanque, respectivamente, pelos processos de descrição formal e de conteúdo; há etapas que antecedem a descrição e são necessárias à sua realização.

Os registros de informação dos sistemas documentários devem configurar-se como estruturas coerentes entre si, construídas a partir de ‘formas’ que determinam e são determinadas pelos ‘conteúdos’. Trata-se, para qualquer registro de informação, de unidades estruturais que se quer ver presentes e operacionalizáveis no sistema. Para realizar a representação documentária (descritiva e temática), faz-se necessário conceber a estrutura conceitual do registro, a qual exige conhecimento das características gerais dos campos, seus possíveis conteúdos e a inter-relação entre eles. A concepção estrutural do registro é realizada a partir dos elementos comuns que caracterizam cada tipologia documental e das questões (previstas) do usuário. Ou seja, as atividades de representação descritiva e de representação temática necessitam da definição prévia dos campos para responderem pelos conteúdos dos mesmos.

Deste modo, a questão que apontamos é a da implicação da anterioridade da identificação das formas e dos conteúdos que constituirão propriamente o registro.

Verifica-se, no entanto, que alguns formatos de registro bibliográfico, enquanto modelos de referência para a construção de registros de informação, embora observem características comuns entre elementos, não os articula convenientemente para que de fato se tenha uma configuração estrutural. Isso explica, ao menos em parte, muitas das dificuldades que enfrenta o aluno e o profissional frente às atividades práticas de representação documentária.

Daí decorre a necessidade prévia de compreensão lógica de sua organização estrutural, ou seja, articulando convenientemente os elementos que configuram o conjunto dos elementos de Representação Descritiva, bem como os de Representação Temática, como também dos dois níveis de representação entre si. A organização estrutural deve responder inteiramente pelo registro.

4 CONCLUSÕES

Representação Descritiva e Representação Temática constituem as bases para a elaboração de modelos de registros de informação, os quais permitem a construção e gestão de sistemas documentários. Contudo, os processos para a concepção estrutural dos registros e dos sistemas são pouco contemplados na literatura e no ensino de modo global e articulado,

gerando baixa capacidade de generalização. Por estes motivos, é preciso considerar este ponto ao definir e caracterizar a Organização da Informação, seja em termos da elaboração epistemológica realizada no âmbito das pesquisas acadêmicas, seja na concepção e atualização de projetos pedagógicos ou na efetivação de práticas profissionais documentárias.

Não à toa, as ontologias, taxonomias e *topic maps* produzem o registro completo. Embora inicialmente tenham sido comparados às linguagens documentárias, podem ser considerados bases de dados que se iniciam por uma estrutura prévia que, aplicada, transforma dados em documentos estruturados, a exemplo da produção dos documentos eletrônicos. Apenas a partir da sistematização do conhecimento sobre processos e instrumentos documentários, transformando-o em aporte teórico e metodológico consistente, será possível realizar contribuições para a reflexão sobre instrumentos de representação da informação ou similares produzidos no contexto de outras áreas, ou fazer uso dos mesmos em nosso benefício.

Como dissemos, a rede de relações que compõe uma estrutura não é aparente, mas supõe princípio epistemológico anterior que é o da sistematicidade do real. Na Documentação, a ideia de arranjo ou estrutura é utilizada para tornar explícita uma hipótese de sistematização do real a partir de um modelo. No domínio da linguagem documentária, recorre-se à escolha de termos considerados representativos de um universo do saber ou de uma área de atividade e, em seguida, à identificação das relações entre eles segundo uma definição de partida. No domínio dos registros de informação e dos sistemas documentários, o mesmo princípio pode ser o arcabouço que dá forma a um conjunto de campos que são preenchidos segundo suas características (campo de autoria, campo de título etc).

No que toca ao conteúdo dos documentos, a noção de arranjo ou estrutura permitiu alterar o quadro empírico de construção das linguagens documentárias. Esse não é o caso dos formatos de registro bibliográfico que, muitas vezes, constituem um conjunto antes como resultado da soma de campos do que de sua articulação. Assim, propor maior grau de estruturação aos formatos pode fazer a diferença na capacidade dos sistemas de responder às demandas por informação dos usuários, bem como orientar o trabalho dos documentalistas.

Como apenas o sistemático é inteligível cientificamente, a noção de estrutura mostra-se potencialmente rica para fundamentar a ideia de registro de informação para além dos princípios subjacentes às normas de descrição, as quais são posteriores à concepção estrutural do registro. Deste modo, concluímos que tal noção é vital para uma proposta mais consistente de princípios e métodos para a construção e gestão de sistemas documentários.

Uma vez que a noção de estrutura confere referência pedagógica ao fazer documentário tanto de documentalistas quanto de usuários, a continuidade desta pesquisa poderia enfatizar estudos que, partindo dela, tratam da noção de estruturação como meio de prever a possibilidade de maior dinamicidade do sistema e, conseqüentemente, maior interatividade dos usuários com os sistemas documentários. Isso implicaria a possibilidade de conceber tantos campos para o registro quantos fossem os aspectos passíveis de interesse para a representação no sistema. Não se trata simplesmente de incluir um maior número de campos, mas de assegurar que eles, ou parte deles, possam se articular de modo mais dinâmico para representar um maior espectro de facetas ou para oferecer diferentes níveis de organização. De qualquer modo, é preciso lembrar que a organização dos registros de informação dos sistemas documentários não tem um fim em si mesma. Eles são constituídos para permitir a busca e a recuperação. A diferença entre utilizar a noção de estrutura que, ao invés de fechar sobre si mesma permita uma participação pró-ativa do usuário, é sedutora. Mas essa é outra pesquisa.

THE NOTION OF STRUCTURE AND RECORDS INFORMATION SYSTEMS DOCUMENTARIES

ABSTRACT

Taking as a starting point the finding that the principles and methods used to build and manage the documentary systems are disperse and lack systematization, this study hypothesizes that the notion of structure, when assuming mutual relationships among its elements, promotes systems more organical and assures better quality and consistency in the retrieval of information in face of the users' matters. Accordingly, it aims to explore the fundamentals, starting from the notion of structure, over the records of information and the documentary systems. In order to achieve that, it presents basic concepts and matters relative to the documentary systems and the information records. Afterwards, it lists the theoretical subsidies over the notion of structure, studied by Ferrater Mora, Saussure, Hjelmslev, Benveniste, Peñalver Simó, Lopes and Lévi-Strauss, apart from Ducrot and Favero and Koch. After that, it deals with the appropriations that have already been done by Documentation by Paul Otlet, García Gutiérrez and Moreira González. It concludes that the notion of structure that is adopted to make it explicit a hypothesis of systematization of the real from a model promotes systems more organical, as well as it grants pedagogical reference to the documentary tasks.

Keywords: Information records. Documentary Systems. Structure.

REFERÊNCIAS

ABADAL, Ernest ; CODINA, Lluís (2005). **Bases de datos documentales**: características, funciones y método. Madrid: Síntesis. (Biblioteconomía y Documentación).

BENVENISTE, Émile (1991). **Problemas de lingüística geral, I**. Campinas: Pontes; Ed. UNICAMP.

BOTTOMORE, Tom (1996). Estruturalismo. In: OUTHWAITE, William ; BOTTOMORE, Tom (Eds.). **Dicionário do Pensamento Social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

COHEN, Diana Micheline (1995). **O consumidor da informação documentária**: o usuário de sistemas documentários visto sob a lente da análise documentária. São Paulo. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicações e Artes/USP.

FÁVERO, Leonor L. ; KOCH, Ingedore G. V. (1998). **Lingüística textual**: introdução. 4.ed. São Paulo: Cortez.

FERRATER MORA, José (1998). **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio Luis (1984). **Lingüística Documental**: aplicación a la documentación de la comunicación social. Barcelona: Mitre. 279 p.

GARRIDO ARILLA, Maria Rosa (1996). **Teoría e historia de la catalogación de documentos**. Madrid: Síntesis. 190 p.

GREEN, Rebecca (2008). Relationships in knowledge organization. **Knowledge Organization**, v. 35, n. 2/3, p. 150-159.

LARA, Marilda Lopes Ginez de (1993). **Representação documentária**: em jogo a significação. São Paulo. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicações e Artes/USP.

LOPES, Edward (1987). **Fundamentos da lingüística contemporânea**. São Paulo: Cultrix.

MEYRIAT, Jean (1981). Document, documentation, documentologie. **Schéma et Schématisation**, 2º trimestre, n. 14, p. 51-63.

MOREIRO GONZÁLEZ, José Antonio (1998). **Introducción al estudio de la información y la documentación**. Medellín: Editorial Universidad de Antioquia. (Colección Medios y Mensajes).

_____ (2004). **El contenido de los documentos textuales**: su análisis y representación mediante el lenguaje natural. Gijón: Trea. (Biblioteconomía y Administración Cultural, 97).

ORTEGA, Cristina Dotta (2007). A Documentação como origem e base fértil para a fundamentação da Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 8., 2007, Salvador. **Anais...** Salvador.

_____ (2009). **Os registros de informação dos sistemas documentários**: uma discussão no âmbito da Representação Descritiva. São Paulo. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo (ECA/USP).

OTLET, Paul (1996). **El Tratado de Documentación**: el libro sobre el libro: teoría y práctica. Traduzido por María Dolores Ayuso García. Murcia: Universidad de Murcia. Tradução de: *Traité de Documentation: le livre sur le livre: théorie et pratique*. Bruxelles: Mundaneum, 1934. 431 p.

PAVEAU, Marie-Anne ; SARFATI, Georges-Élia (2006). **As grandes teorias da lingüística**: da gramática comparada à pragmática. Trad. M. R. Gregolin et al. São Carlos: Claraluz.

PEÑALVER SIMÓ, Mariano (1972). **La lingüística estructural y las ciencias del hombre**. Buenos Aires: Ed. Nueva Visión.

RÍOS HILARIO, Ana Belén (2003). **Nuevos horizontes en el análisis de los registros y la normativa bibliográfica**. Gijón: Trea. 165 p.

TÁLAMO, Maria de Fátima G. M. (1997). **Linguagem documentária**. São Paulo: APB. 12 p. (Ensaio APB, 45).